

RECURSO EM MANDADO DE SEGURANÇA Nº 52.845 - SP (2017/0004393-8)

RELATOR : **MINISTRO RIBEIRO DANTAS**
RECORRENTE : N M
ADVOGADO : GONÇALO REZENDE DE MELO SANTANNA XAVIER -
SP319134
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Trata-se de recurso em mandado de segurança, com pedido liminar, interposto por **N. M.** contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

Narram os autos que o recorrente ofereceu queixa-crime dando a querelada como incurso nos crimes de difamação e injúria.

O Juiz de primeiro grau rejeitou a inicial, reconhecendo falta de justa causa, nos termos do art. 395, inciso III, do Código de Processo Penal.

Irresignada com a decisão, a defesa interpôs recurso em sentido estrito.

Recebido o recurso, foi determinada a intimação pessoal da querelada para apresentar contrarrazões. Em razão de não ter sido encontrada no endereço constante nos autos, a recorrente requereu a expedição de ofícios ao BACENJUD, RENAJU e INFOJUD, a fim de localizá-la.

O pedido foi indeferido pelo Juízo de primeiro grau que, no mesmo ato, nomeou a Defensoria Pública para contrarrazoar o recurso.

Em face disso, a defesa impetrou o *mandamus* originário, afirmando que a decisão era flagrantemente ilegal e teratológica. A ordem foi denegada pelo Tribunal *a quo*.

Nas razões recursais, a recorrente sustenta possuir direito líquido e certo à providência requerida, que é de praxe. Aduz que a decisão impugnada obsta o exercício da autodefesa da querelada, elementar ao Processo Penal. Sustenta, ainda, que faz jus a tutela de urgência, "em vista da possibilidade real de ocorrência da prescrição, já que o processo se encontra ainda em fase embrionária" (e-STJ, fl. 275).

Busca, inclusive liminarmente, o provimento do recurso para determinar a realização de diligências a fim de concretizar a intimação pessoal da querelada.

O pedido de liminar foi deferido, em decisão de lavra da Exma. Ministra Laurita Vaz, "para determinar realização das diligências a fim de concretizar a intimação pessoal da querelada, nos termos requeridos pela Recorrente, reservando a abertura de vista à Defensoria Pública somente se, após esgotadas as tentativas de sua localização, não for encontrada." (e-STJ, fl. 287).

Prestadas as informações.

O Ministério Público Federal opinou pelo não provimento do recurso.

É o relatório.

Decido.

Consoante relatado, o cerne da interposição reside em verificar se há ilegalidade na decisão do Juízo de 1º grau que indeferiu o pedido do recorrente/querelante pela expedição de ofícios ao BACENJUD, RENAJU e INFOJUD, a fim de localizar a recorrida/querelada, que não foi localizada quando da intimação pessoal.

Acerca da questão, como bem destacado na decisão liminar, a

jurisprudência desta Corte Superior consolidou-se no sentido de que, "em observância ao princípio da autodefesa, não se pode nomear defensor público ou dativo antes de se empreender todas as diligências necessárias para a localização de acusado que se encontra em local incerto ou não sabido." (e-STJ, fl. 286).

Sobre o tema, cito os seguintes julgados:

RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. HOMICÍDIO QUALIFICADO. CITAÇÃO EDITALÍCIA. NÃO ESGOTAMENTO DOS MEIOS DE BUSCA. NULIDADE. NÃO OCORRÊNCIA. DECRETAÇÃO DE PRISÃO PREVENTIVA. FUNDAMENTAÇÃO. AGENTE EM LOCAL INCERTO E NÃO SABIDO. APLICAÇÃO DA LEI PENAL. AUSÊNCIA DE CONSTRANGIMENTO ILEGAL. RECURSO NÃO PROVIDO.

1. Não há nulidade da citação por edital quando o contexto informativo demonstra o esforço empregado para se encontrar o acusado, diligenciando os endereços indicados pela defesa, bem ainda buscando em bancos de dados do Estado informações que poderiam levar à localização e efetivação da intimação pessoal, como ocorreu no presente caso. Precedentes.

2. Para a decretação da prisão preventiva é indispensável a demonstração da existência da prova da materialidade do crime e a presença de indícios suficientes da autoria. Exige-se, ainda que a decisão esteja pautada em lastro probatório que se ajuste às hipóteses excepcionais da norma em abstrato (art. 312 do CPP), demonstrada, ainda, a imprescindibilidade da medida. Precedentes do STF e STJ.

3. No caso, a constrição cautelar foi preservada pelo Tribunal impetrado a fim de garantir a efetivação da lei penal, porquanto passados mais de onze anos do fato criminoso (11/12/2005), e de oito anos do primeiro decreto de prisão cautelar (11/2/2008) o réu nunca foi localizado, o que seu denota o seu intento de frustrar a atuação punitiva do Estado. Precedentes.

4. Recurso ordinário não provido.

(RHC 83.931/PR, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 15/08/2017, DJe 25/08/2017 - com grifos)

PENAL. PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE RECURSO OU DE REVISÃO CRIMINAL. NÃO CABIMENTO. ARTS. 121, § 2º, I; 180 E 307 TODOS DO CP; 16 DA LEI 10.826/03; 33 E 35, AMBOS DA LEI 11.343/06. NULIDADE DA INTIMAÇÃO POR EDITAL. REVELIA. JULGAMENTO REALIZADO SEM A PRESENÇA DO ACUSADO. NULIDADE AFASTADA. AUSÊNCIA DE INFORMAÇÃO DA PRISÃO NOS AUTOS DE ORIGEM. RÉU PRESO EM OUTRA UNIDADE DA FEDERAÇÃO. REALIZAÇÃO DE VÁRIAS TENTATIVAS PARA LOCALIZAR O PACIENTE. WRIT NÃO CONHECIDO.

1. Ressalvada pessoal compreensão diversa, uniformizou o Superior Tribunal de Justiça ser inadequado o writ em substituição a recursos especial e ordinário, ou de revisão criminal, admitindo-se, de ofício, a

concessão da ordem ante a constatação de ilegalidade flagrante, abuso de poder ou teratologia.

2. Não há falar-se em vício na intimação da decisão de pronúncia, pois, além de inexistir nos autos com trâmite no Juízo de Itapema/SC qualquer informação da sua prisão no Estado do Paraná, a Súmula 351 do STF refere-se somente a nulidade da citação editalícia de réu preso na mesma Unidade da Federação em que o Juiz exerce sua jurisdição.

3. De acordo com o entendimento sedimentado nesta Corte Superior, é certo que depois de efetuadas todas as diligências necessárias para localização do ora recorrente, cabível a intimação por edital.

4. Habeas corpus não conhecido.

(HC 363.156/SC, Rel. Ministro NEFI CORDEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 20/9/2016, DJe 3/10/2016 - grifou-se).

Desse modo, confirmando a liminar anteriormente concedida, verifica-se ilegalidade apta a conferir o provimento do recurso.

Ante o exposto, nos termos do art. 34, XVIII, "c", do RISTJ, **dou provimento** ao recurso em mandado de segurança.

Comunique-se. Publique-se. Intimem-se.

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Transcorrido o prazo recursal, certifique-se o trânsito em julgado desta decisão e baixem-se os autos à origem.

Brasília (DF), 11 de junho de 2019.

MINISTRO RIBEIRO DANTAS

Relator